

## **FATORES POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS RELACIONADOS AO EMPREENDEDORISMO NOS PAÍSES**

**MAYSA ALVES CORREA SILVA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

**OSCAR LOPES DA SILVA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

**JACQUELINE VENEROSO ALVES DA CUNHA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

**JOÃO ESTEVÃO BARBOSA NETO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

**SAMUEL DE OLIVEIRA DURSO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

# FATORES POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS RELACIONADOS AO EMPREENDEDORISMO NOS PAÍSES

## 1. Introdução

O empreendedorismo cresceu de forma constante durante os anos 2000 e promoveu crescimento econômico aos países (Meyer et al., 2013). Para Parreira et al. (2017) o ato de empreender está relacionado à criação de um novo projeto, à construção do próprio emprego ou à expansão de um negócio já existente.

Uma cultura empreendedora e um sistema nacional que incentiva a inovação são os melhores catalisadores na promoção do bem-estar socioeconômico de nações em todo o mundo (Pradhan et al., 2020). No entanto, períodos de crise podem prejudicar ou intensificar a formação de novos negócios. A crise instalada no cenário internacional em 2008 promoveu reflexos durante muitos anos no empreendedorismo dos países (Machado et al., 2015). Posteriormente com o surgimento da crise em saúde, pela Covid-19, ocorreram mudanças no padrão de consumo da sociedade, com o surgimento de outras demandas, reinvenção, novas formas de trabalho e aperfeiçoamento profissional (Castro et al., 2021).

Os impactos da Covid-19 ainda são incertos na economia global, especialmente para pequenas e médias empresas. No entanto, neste processo a resiliência emergiu como uma importante habilidade empreendedora, que possibilitou às empresas se adaptarem diante das dificuldades. As características do negócio e do empreendedor, a gestão estratégica e as políticas públicas de apoio são fatores de resiliência como atitudes adotadas diante de crise (Castro & Zermeño, 2020).

De acordo com Santos et al. (2017), os impactos de crises e o empreendedorismo ainda não foram totalmente explorados, pois alguns estudos defendem que as recessões econômicas e financeiras podem prejudicar a atividade econômica (Williams e Vorley, 2015), mas também podem impulsionar o empreendedorismo (Wan e Yiu, 2009). Acredita-se, que essas diferenças estão relacionadas com o ambiente institucional de cada país que poderá moldar as intenções empreendedoras, com financiamento empresarial, política governamental, educação empreendedora, transferência de P&D, infraestrutura comercial e legal, regulamentação de entrada, infraestrutura física e cultural e normas sociais (Valliere 2010; Bosma et al. 2012; Santos et al., 2017).

A capacidade empreendedora de um país está diretamente alinhada com o aumento da competitividade e da economia do mesmo, demonstrando representatividade e relevância. No entanto, vários fatores podem influenciar essa capacidade, como a cultura, leis e burocracias, política, entre tantos outros possíveis. Ao observar países desenvolvidos e em desenvolvimento, fica evidente uma diferença entre os cenários a serem empreendidos, ou seja, o ponto de partida para o empreendedorismo possui diversas peculiaridades (Waheeduzzaman, 2011; Ghanem, 2013; Mostafa; Mahmood, 2015).

Ou seja, características institucionais do país podem incentivar uma intenção empreendedora (Baggio & Baggio, 2014). De acordo com Parreira et al. (2017) essas condições no qual o empreendedor se insere é requerida para avaliação das oportunidades e dos recursos disponíveis. Dessa forma, o empreendedorismo está relacionado ao planejamento governamental e às diversas políticas públicas com o objetivo de gerar emprego e renda por meio de organizações economicamente produtivas. Além disso, também está relacionado ao aprimoramento da competitividade das organizações em diversos setores da economia (Emmendoerfer et al., 2021).

O *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) é um projeto sobre a atividade empreendedora, criada desde 1999 pela iniciativa conjunta entre a *Babson College* e a *London Business School* e apoio do *Kaufman Center for Entrepreneurial Leadership* (Souza & Lopez Júnior, 2011). O objetivo da pesquisa consiste em promover a comparação entre os países sobre a atividade empreendedora, estimar as ações empreendedoras no crescimento econômico e auxiliar políticas que possam ser eficazes no incremento de negócios (Souza & Lopez Júnior, 2011).

De acordo com Bruneau e Machado (2006) o projeto *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) anualmente consolida-se como a iniciativa de maior escopo no estudo do empreendedorismo.

Diante disso, acredita-se ser relevante compreender quais aspectos institucionais do ambiente de uma nação podem interferir na criação de novos projetos ou empregos. Dessa forma, emerge a seguinte questão de pesquisa: **Quais fatores econômicos, políticos e sociais podem explicar as intenções empreendedoras em diferentes países?**

O objetivo geral do estudo consiste em analisar os aspectos econômicos, políticos e sociais que estão relacionados à intenção empreendedora em diferentes países. Como justificativa deste trabalho, acredita-se que o empreendedorismo se torna um elemento essencial no avanço econômico e social de um país. Ao tornar os territórios mais atrativos em termos culturais, com a possibilidade de criar novos trabalhos, produtos e serviços inovadores e promover a geração de novas competências profissionais (Emmendoerfer et al., 2021).

## **2 Fundamentação Teórica**

### **2.1 O Empreendedorismo e as motivações**

O Empreendedorismo é um processo evolutivo e inovador das capacidades, habilidades e atitudes profissionais direcionadas à alavancagem dos resultados dos empreendimentos e à consolidação de novos projetos estrategicamente relevantes (Oliveira, 2014). O empreendedor é um indivíduo capaz de pensar e agir de forma inovadora, identificando e criando oportunidades, inspirando, renovando e liderando processos, tornando possível o que parece impossível, entusiasmando pessoas, combatendo a acomodação a rotina e assumindo riscos calculados em favor do lucro (Escarlate, 2010).

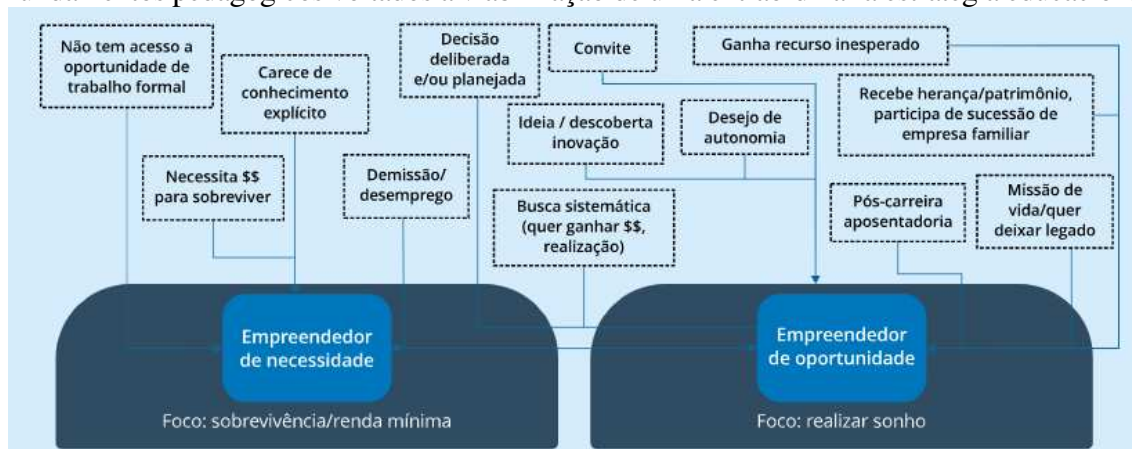
Empreender não se resume à criação do próprio negócio, sabe-se que criar uma empresa é a maneira mais conhecida de se tornar um empreendedor. Existem fatores que motivam o empreendedorismo por necessidade, como a falta de acesso a oportunidades de trabalho formal como empregado, a necessidade de recursos financeiros mínimos para arcar com as demandas da sobrevivência, a carência de conhecimento explícito, a demissão e desemprego; e fatores que motivam por oportunidades, como a decisão deliberada e ou planejada, a ideia, descoberta e inovação, um convite, uma busca sistemática de querer se realizar financeiramente, desejo de autonomia, participar de sucessão de empresa familiar, projeto pós-carreira, missão de vida, e tantos outros. Assim, temos o empreendedor informal, cooperado, individual, social, corporativo, público, do conhecimento, do negócio próprio, nato, criador de novos negócios, planejado e tantos outros (Domelas, 2014).

Estudos como o de Silva, Cavalcanti e Rodrigues (2021), mostram a intenção empreendedora, avançando com estudos comparativos entre países com características econômicas, culturais e sociais distintas e investiga uma possível diferença na intenção empreendedora entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os resultados mostram que os países do BRICS possuem maior intenção empreendedora quando comparados aos países G7 e que os países do BRICS não têm a mesma percepção e intenção empreendedora.

Santos e Caetano (2021), apresenta a dinâmica do empreendedorismo em Portugal e noutros países da União Europeia entre 2010 e 2014. Utilizaram dados do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), para analisar três áreas principais: atividade empreendedora, atitudes empreendedoras e aspirações empreendedoras. Os resultados mostram que, em 2010, 2011, 2012 e 2013, a taxa de atividade empreendedora «early-stage» em Portugal foi igual à média nos países da União Europeia, mas mais elevada em 2014. No entanto, este aumento da atividade empresarial em Portugal, neste último ano, foi principalmente motivado não pela oportunidade, mas pela necessidade.

Gartner et al (1994), apresentam que as intenções empreendedoras estão apontadas na primeira fase do processo evolutivo do empreendedor. Um sentimento que prevê ao processo de longo prazo, de criação de um negócio. A intenção é o alicerce da ação, sendo improvável acontecer a ação sem a intenção inicial (Bird, 1988; Krueger, 1993), intenção torna-se crucial para o entendimento do processo empreendedor.

Oliveira (2017) em sua tese, mostra que entre as variáveis analisadas, a autoeficácia empreendedora e atratividade percebida foram as que mais explicaram as intenções. Nesse sentido, o ensino do empreendedorismo poderá transformar os antecedentes da intenção empreendedora em fundamentos pedagógicos voltados à viabilização de uma extraordinária estratégia educacional.



**Figura 1** – Motivação dos empreendedores

Nota: Fonte: Dornelas (2014, p.40)

Em resumo, acredita-se que o empreendedorismo possa ocorrer por necessidade e oportunidade, mas existem aspectos econômicos, políticos e sociais de cada país que também interferem neste processo.

## 2.2 Desenvolvimento das Hipóteses de Variáveis do Estudo

Segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021), o PIB per capita é calculado a partir da divisão do PIB pelo número de habitantes da região e mede quanto do PIB caberia a cada indivíduo de um país se todos recebessem partes iguais. Assim, o PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. Dessa forma, é um indicador de crescimento econômico, pois quanto mais rico o país, maiores são os benefícios aos seus cidadãos. De acordo com Souza e Lopez Júnior (2011), o PIB per capita apresentou uma relação inversa com a taxa de empreendedorismo. No entanto, o estudo realizado por Henning e Bach (2020) com países da América do Norte e América Latina demonstrou que o empreendedorismo é afetado por variáveis como crescimento do PIB, dinheiro próprio necessário para iniciar um empreendimento, motivação por necessidade e montante necessário para financiamento de um empreendedor. Portanto, acredita-se que o país que esteja em crescimento econômico terá mais chances de promover a criação de novos negócios, sendo a primeira hipótese:

*H1: Países com maior PIB per capita apresentam maior índice de intenção empreendedora.*

O crédito interno de um país está relacionado recursos financeiros fornecidos ao setor privado por sociedades financeiras, tais como empréstimos. O aumento do endividamento dos países pode estar relacionado ao investimento em empreendedorismo. Isto ocorre, pois, a limitação tecnológica e a capacidade de financiamento das atividades inovadoras em países emergentes promovem a busca por empréstimos em fundos internacionais e financiamento externo para investir no progresso técnico e na industrialização (Szogs, Cummings & Chaminade, 2011). Com isto, acredita-se que a aquisição de empréstimo pode facilitar a criação e expansão de empresas, por isto a segunda hipótese consiste:

*H2: Países com maior crédito interno apresentam maior índice de intenção empreendedora.*

O Índice de Liberdade Econômica documenta a relação positiva entre liberdade econômica e uma variedade de objetivos sociais e econômicos positivos. Os ideais de liberdade econômica estão fortemente associados a sociedades mais saudáveis, ambientes mais limpos, maior riqueza per capita, desenvolvimento humano, democracia e eliminação da pobreza. A liberdade econômica é inseparável do progresso econômico porque permite a troca de bens e serviços de uma forma eficiente e oferece os incentivos necessários à geração de riquezas e de emprego. (Miller, Kim, Robert, 2021).

Ridderstedt (2014), descreve um dentre os conceitos de liberdade econômica, o qual salienta que o nível de abertura e incentivo de um país para com o comércio internacional e o investimento afeta o empreendedorismo de várias maneiras. Tal aspecto da liberdade econômica é evidenciado nas barreiras comerciais regulatórias, na tributação no comércio internacional, nos meios de controle internacionais dos mercados de capitais, no tamanho do setor comercial e nas diferenças entre as taxas de câmbio oficiais e as do mercado negro.

Miller e Holmes (2011) e Gwartney et al, (2011), relacionam positivamente a liberdade econômica com a abertura das sociedades para a atividade empreendedora. Existem estudos que apontam essa relação (Boaz, 1997; Golder, 1993; Wenneker e Thurik, 1999 apud Abrantes, 2016). Um estudo realizado por Aidis, Estrin e Mickiewicz, (2012) apud Abrantes (2016), sugere que a relação entre empreendedorismo e liberdade econômica é mais nítida em países menos desenvolvidos. Abrantes (2016), com o intuito de analisar em que medida os componentes da liberdade econômica influenciam os níveis da atividade empreendedora, utilizou-se de um método quantitativo de análise correlacional e de regressões lineares múltiplas. Dessa forma, ele pôde analisar como cada variável independente da liberdade econômica determina o resultado analisado nas variáveis dependentes da atividade empresarial, se relacionado a próxima hipótese:

*H3: Países com maior liberdade econômica apresentam maior índice de intenção empreendedora..*

A internet é um terreno muito fértil para empreender. Nela, as barreiras geográficas são quase inexistentes e, se criar um bom planejamento para a sua marca, um empresário consegue atender um público bem variado, distribuído por todas as áreas do país e, quem sabe, do mundo. A vida em sociedade provoca naturalmente a aproximação entre os indivíduos, que estabelecem ligações, também chamadas de nós ou laços, mais ou menos densas, mais ou menos consistentes quanto à sua duração, ao número de pessoas envolvidas e à atividade que desenvolvem. (Proulx, 1995, *apud* Ribeiro e Santos, 2003). Hoje se considera que o mundo é uma "sociedade em rede" (Castells, 1999).

A literatura sobre rede empreendedora aponta que as redes sociais empreendedoras são relacionadas de forma positiva com o desempenho da organização ou, para ser mais específico, o início de um novo negócio, sua sobrevivência e crescimento futuro dependem delas. As redes sociais empreendedoras são definidas como relações e contatos dos empreendedores com outras pessoas. Tais contatos fornecem meios para reconhecer oportunidades, obtenção de recursos, como também facilidade de utilização de outros recursos, que são potenciais fontes de vantagem competitiva (Birley, 1985; Barnir e Smith, 2002).

Alguns autores como Johannisson (1998), Birley, Cromie e Myers (1990), Shaw e Conway (2000) destacam que as redes pessoais criadas pelos empreendedores cumprem vários papéis, incluindo a provisão de suporte social, estendendo competências estratégicas pela identificação de ameaças e oportunidades e completando recursos internos para solucionar problemas particulares. Portanto, as redes sociais são possibilitadas pelo acesso à internet, sendo a próxima hipótese:

*H4: Países com maior acesso à internet apresentam maior índice de intenções empreendedoras.*

A pobreza é um fenômeno complexo, por isso recebe diferentes definições dependendo do contexto da análise e da forma como é mensurada. De maneira geral, refere-se a uma situação em que as necessidades dos indivíduos não são adequadamente atendidas (Rocha, 2006). O que se entenda como necessidade varia entre as sociedades e os indivíduos. Pobres são considerados os membros de uma sociedade em situação de privação de um mínimo de bem-estar que deveria ser garantido coletivamente. Assim, a pobreza é dada pelo conjunto de privação dos membros de uma sociedade (ONUBR, 2017; Barreto, Messeder & Gil, 2022).

A definição de pobreza apresentada acima não é consensual. Desde os estudos pioneiros sobre o tema no final do século XIX (Rowntree, 1991) até os dias atuais, foram desenvolvidas diversas abordagens teórico-metodológicas para estudo do fenômeno. Quatro abordagens receberam maior

destaque nas agendas social, política e acadêmica, sendo fundamentais para o entendimento da construção do conceito. São elas: a noção de subsistência, a ideia de necessidades básicas, a visão relativa e a perspectiva multidimensional (Ottonelli et al, 2011; Codes, 2008). Dessa forma, toda essa necessidade básica de recursos financeiros pode ocasionar o surgimento do empreendedorismo por necessidade.

O empreendedorismo é considerado essencial para o desenvolvimento econômico e social de um país (Borges; Fillion; Simard, 2012; Acs; Szerb; Lloyd, 2017), podendo ser fundamental para a redução da pobreza e para o desenvolvimento sustentável (Degen, 2008). Rosairo e Potts (2016) apontaram que, entre outras variáveis, a inovação influenciou as atitudes empreendedoras, sugerindo que o empreendedorismo representa um meio de escapar à pobreza nos países em desenvolvimento. Portanto, a próxima hipótese consiste:

*H5: Países com maior incidência de pobreza apresentam maior índice de intenções empreendedoras.*

A dimensão educação contempla os indicadores de privações em anos de escolaridade e frequência escolar. Esta dimensão representa o desenvolvimento de capacidades relativas aos funcionamentos de conhecimentos e habilidades, que propõe assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos (Alkire; Santos, 2010).

A educação se torna essencial na promoção do empreendedorismo e inovação, principalmente devido as mudanças tecnológicas no mundo e a formação de novos mercados (Laurikainen et al., 2018). Além disso, existe a educação empreendedora no qual busca investir no aumento da capacitação e fornecimento de melhores competências e habilidades comportamentais, que podem influenciar indivíduos na identificação de oportunidades de negócios (Andrade Júnior & Yano, 2019). Por isto, acredita-se que o país que investe em educação terá maiores chances de promover o empreendedorismo, sendo a próxima hipótese:

*H6: Países com maiores gastos de educação apresentam maior índice de intenções empreendedoras.*

A dimensão Desemprego está relacionada a dimensão Trabalho que representa a capacidade de desenvolvimento de funcionamentos produtivos através de emprego pleno e trabalho decente. A importância de se discutir trabalho no contexto de pobreza relaciona-se tanto com acesso à renda do trabalho, entendendo sua importância para manutenção e reprodução da vida, tanto com o acesso a direitos, sendo que momentos de precarização das relações trabalhistas tendem a aumentar os níveis de pobreza, assim como o rebaixamento de salários e aumento do desemprego (Borges; Kraychet, 2007).

As políticas públicas de um país buscam promover melhores condições de vida a sua população, sendo que este processo é potencializado por uma maior atividade empreendedora, devido a sua influência no crescimento econômico, geração de empregos e distribuição de renda (Souza & Lopez Júnior, 2011). Para Rocha (2014) o fenômeno do desemprego se caracteriza como um dos principais fatores que promovem o aumento na taxa de empreendedorismo, especialmente em países de baixo desenvolvimento. Neste sentido, a próxima hipótese refere-se:

*H7: Países com maior nível de desemprego apresentam maior índice de intenções empreendedoras.*

A corrupção é determinada pela quantidade de barreiras existentes aos atos corruptos: os agentes que se engajam na corrupção acreditam que a utilidade dos rendimentos que a corrupção traz é mais valiosa do que os inconvenientes causados pelas penalidades associadas a este ato (Maciel, 2005).

Gordin (2008), em seu trabalho sobre a corrupção e crescimento econômico na América Latina, avaliou de maneira empírica, usando dados longitudinais, a associação entre um índice de percepção da corrupção e o produto nacional bruto per capita de países latino americanos. Por meio de sua pesquisa, chegou-se à conclusão de que quanto maior o nível de corrupção, maior o impacto

no crescimento econômico, no sentido de crescimento negativo, impactando diretamente no bem-estar social.

O Índice de Percepção da Corrupção é o principal indicador de corrupção do mundo. Produzido pela Transparência Internacional desde 1995, ele avalia 180 países e territórios atribuindo notas em uma escala entre 0 e 100. Quanto maior a nota, maior é a percepção de integridade do país. (Índice de Percepção da Corrupção Transparência Internacional ([transparenciainternacional.org.br](http://transparenciainternacional.org.br))).

Estudos empíricos demonstram a existência de relação entre corrupção e empreendedorismo. De acordo com as pesquisas de Carraro et al. (2011) e Palifka (2006), a corrupção afeta negativamente a atividade empreendedora, desestimulando a abertura de empresas e, por conseguinte, reduzindo e inibindo o crescimento econômico do país. Por isto, a próxima hipótese consiste:

*H8: Países com maior índice de percepção de corrupção apresentam maior índice de intenções empreendedoras.*

A eficácia de um governo também pode estar relacionada com intenções empreendedoras. Jacobsen (2012) relata que administrar com eficácia significa atingir os objetivos planejados e uma gestão mais transparente e profissional com ações que visam o atendimento das demandas, anseios e necessidades da sociedade. Já agir com eficiência implica utilizar corretamente os recursos disponíveis. A eficácia resulta da relação entre metas alcançadas versus metas pretendidas e a eficiência significa fazer mais com menos recursos. De acordo com Jardim (2020), o contexto regional bem-sucedido impulsiona uma transformação de empreendimentos sustentáveis, com a promoção dos comportamentos empreendedores, através da criação de instituições, projetos e programas. Dessa forma, a intervenção do governo se torna importante para a formação de novos negócios. Por isso, a próxima hipótese consiste:

*H9: Países com maior eficácia do governo apresentam maior índice de intenções empreendedoras.*

O empreendedorismo também está relacionado ao tipo de regime político. As ações selecionadas pelos dirigentes públicos são as que eles julgam serem adequadas para suprir as demandas da sociedade. É possível inferir que o bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo. SEBRAE (2008) aponta que as demandas da sociedade são apresentadas aos dirigentes políticos por meio de sindicatos, entidades de representação empresarial e ONGs em geral.

Mao (2020), revela que é feita uma reavaliação da teoria da atuação dos governos e sugere-se uma atuação mais ativa e central do Estado. Com isso, o governo passa a assumir grandes riscos, formular políticas públicas mais arrojadas e passa a ser incumbido da capacidade de ser um dos maiores promotores de inovação.

Oliveira (2014) afirma que o empreendedorismo no Brasil se desenvolveu em velocidade inferior quando comparada a países como os Estados Unidos. Isso se deve ao forte protecionismo ofertado pelo governo brasileiro em especial na década de 1980. O empreendedorismo brasileiro é baseado principalmente por pequenos e médios negócios.

O Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG) e Caucasus Environmental NGO Network (CENN) (2012), traçam um paralelo entre outros dois grupos de políticas que visam o fomento ao empreendedorismo: políticas regulatórias e políticas de estímulo. As políticas regulatórias são compostas por iniciativas relacionadas à reforma tributária, simplificação tributária, janela de serviços do governo, avaliação de impacto regulatório, entre outros. Já as políticas de estímulo estão mais relacionadas à promoção de cultura e educação voltadas ao empreendedorismo.

O índice de democracia, criado em 2006, busca fornecer uma pontuação sobre aspectos políticos e culturais relacionados a democracia global de 165 países (Economist Intelligence, 2022). Com isto surge a última hipótese:

*H10: Países com maior índice de democracia apresentam maior índice de intenções empreendedoras.*

### **3. Metodologia**

### 3.1 Definição e delineamento da amostra

O presente artigo se classifica como quantitativo, descritivo e *archival* (Smith, 2022). Foram coletados dados de 113 países. A escolha desta amostra decorre da disponibilidade de dados pela variável principal: índice intenções empreendedoras. O período de análise consiste de 2008 a 2021. De acordo com Souza e Lopez Júnior (2011), o período de crise financeira mundial, instalada no ano de 2008, promoveram demandas por novas lógicas econômicas e sociais, que respaldem essencialmente as atividades produtivas ligadas ao empreendedorismo. Além disso, essa janela temporal busca abranger o período de crise da Covid-19, que promoveu mudanças nos empreendimentos em diferentes lugares do mundo (Castro et al., 2021).

No Quadro 1 são descritas todas as variáveis do estudo, a descrição, fonte e a relação esperada com a variável principal (intenções empreendedoras).

#### Quadro 1

##### Variáveis utilizadas no estudo

Variáveis	Descrição	Fonte	Relação Esperada
Índice de Intenções Empreendedoras	Percentual da população de 18 a 64 anos (excluídos os indivíduos envolvidos em qualquer estágio da atividade empreendedora) que são empreendedores latentes e que pretendem iniciar um negócio dentro de três anos.	<i>Global Entrepreneurship Monitor</i>	
PIB per capita	O PIB per capita é o produto interno bruto dividido pela população no meio do ano. O PIB é a soma do valor bruto agregado por todos os produtores residentes na economia mais quaisquer impostos sobre os produtos e menos quaisquer subsídios não incluídos no valor dos produtos. É calculado sem fazer deduções por depreciação de bens fabricados ou por esgotamento e degradação de recursos naturais. Os dados estão em dólares americanos atuais.	<i>The World Bank</i>	+
Crédito Interno	O crédito interno ao setor privado refere-se aos recursos financeiros fornecidos ao setor privado por sociedades financeiras, tais como empréstimos, compras de títulos não patrimoniais e créditos comerciais e outras contas a receber, que estabelecem um pedido de reembolso. Para alguns países, essas reivindicações incluem crédito para empresas públicas.	<i>The World Bank</i>	+
Liberdade Econômica	Medida com base na soma de 12 fatores quantitativos e qualitativos, agrupados em quatro grandes categorias, ou pilares, da liberdade econômica: 1. Estado de direito (direitos de propriedade, integridade do governo, eficácia judicial); 2. Tamanho do governo (gastos do governo, carga tributária, saúde fiscal); 3. Eficiência regulatória (liberdade de negócios, liberdade de trabalho, liberdade monetária); 4. Mercados Abertos (liberdade comercial, liberdade de investimento, liberdade financeira).	<i>The Heritage Foundation</i>	+
Acesso à internet	Indivíduos que usam a Internet (% da população).	<i>The World Bank</i>	+
Pobreza	O índice de pobreza de é a porcentagem da população que vive com menos de US\$ 2,15 por dia a preços ajustados de poder de compra de 2017.	<i>The World Bank</i>	-
Gastos com Educação	As despesas do governo com educação (corrente, capital e transferências) expressas em porcentagem do PIB. Inclui despesas financiadas por transferências de fontes internacionais para o governo. Refere-se aos governos locais, regionais e centrais.	<i>The World Bank</i>	+
Desemprego	Parcela da força de trabalho que está sem trabalho, mas disponível e procurando emprego.	<i>The World Bank</i>	+
Índice de percepção de corrupção	Principal indicador de corrupção do mundo. Produzido pela Transparência Internacional desde 1995, avalia 180 países e territórios atribuindo notas em uma escala entre 0 e 100.	Transparência Internacional	+



	Quanto maior a nota, maior é a percepção de integridade do país.		
Eficácia do Governo	Reflete percepções sobre a qualidade dos serviços públicos, a qualidade do serviço público e o grau de independência de pressões políticas, a qualidade da formulação e implementação de políticas e a credibilidade do compromisso do governo com tais políticas.	<i>World Governance Indicators</i>	+
Índice de Democracia	Baseado em cinco categorias: processo eleitoral e pluralismo, funcionamento do governo, participação política, cultura política e liberdades civis. Com base em suas pontuações em uma série de indicadores dentro dessas categorias, cada país é então classificado em um dos quatro tipos de regime: “democracia plena”, “democracia imperfeita”, “regime híbrido” ou “regime autoritário”.	<i>Economist Intelligence</i>	+

### 3.2 Estimação pelo Modelo Mínimos Quadrados Generalizados (GLS)

A variabilidade espacial e temporal dos dados coexistindo de forma conjunta determina a utilização da abordagem de dados em painel para tratamento dos dados em painel. Dentre as metodologias que integram as abordagens de dados em painel verificam-se: Pooled, Efeitos Fixos, Efeitos Aleatórios e Mínimos Quadrados Generalizados (GLS) (Greene, 2003).

A determinação sobre qual das abordagens se adequa ao tratamento dos dados em análise é feita por meio de testes estatísticos específicos (Wooldridge, 2002). A verificação de adequabilidade entre as metodologias Pooled e Efeitos Fixos é feita por meio do teste de Chow que em sua hipótese nula assume a viabilidade do modelo Pooled (Greene, 2003). A verificação entre as abordagens Pooled e Efeitos Aleatórios ocorre por meio do teste de Breusch Pagan que em  $H_0$  evidencia a pressuposição de viabilidade do Pooled (Wooldridge, 2002). Por fim, a adequação entre Efeitos Fixos e Efeitos Aleatórios é feita por meio do teste de Hausman que em sua hipótese nula assume a viabilidade do Efeito Aleatório (Greene, 2003).

As abordagens Efeitos Fixos e Efeitos Aleatórios exigem a verificabilidade de existência de autocorrelação e/ou heterocedasticidade dos resíduos do modelo proposto (Greene, 2003). Caso o teste de Hausman aponte Efeitos Fixos como abordagem adequada, o teste de Modificado de Breusch-Pagan se faz adequado e no caso do Efeitos Aleatórios utiliza-se o teste Likelihood (Wooldridge, 2002). Ambos os testes, em sua hipótese nula, assumem a homoscedasticidade dos resíduos (Wooldridge, 2002). Em relação a existência de autocorrelação, o teste de Wooldridge é teste utilizado as ambas as abordagens (Efeitos Fixos e Efeitos Aleatórios) (Greene, 2003). A hipótese nula do referido teste assume a inexistência de autocorrelação dos resíduos (Wooldridge, 2002). Caso seja verificada a presença de heterocedasticidade e/ou autocorrelação entre os resíduos, faz-se necessária a utilização da abordagem de Mínimos Quadrados Generalizados (GLS) (Greene, 2003).

Com vistas a responder aos objetivos deste estudo, utiliza-se o modelo econométrico de dados em painel evidenciado a seguir:

$$EI_{it} = \beta_0 + \beta_1 PIBER_{it} + \beta_2 CI_{it} + \beta_3 LE_{it} + \beta_4 AI_{it} + \beta_5 PB_{it} + \beta_6 ED_{it} + \beta_7 DES + \beta_8 IPC_{it} + \beta_{10} EG_{it} + \beta_{11} ID_{it} + v_{it} + u_i$$

em que:

EI – *Entrepreneurial intentions*;

PIBER – *PIB per capita*;

CI – *Crédito interno*;

LE – *Liberdade econômica*;

AI – *Acesso à internet*;

PB – *Pobreza*;

ED – *Gastos com Educação*;

DES – *Desemprego*;

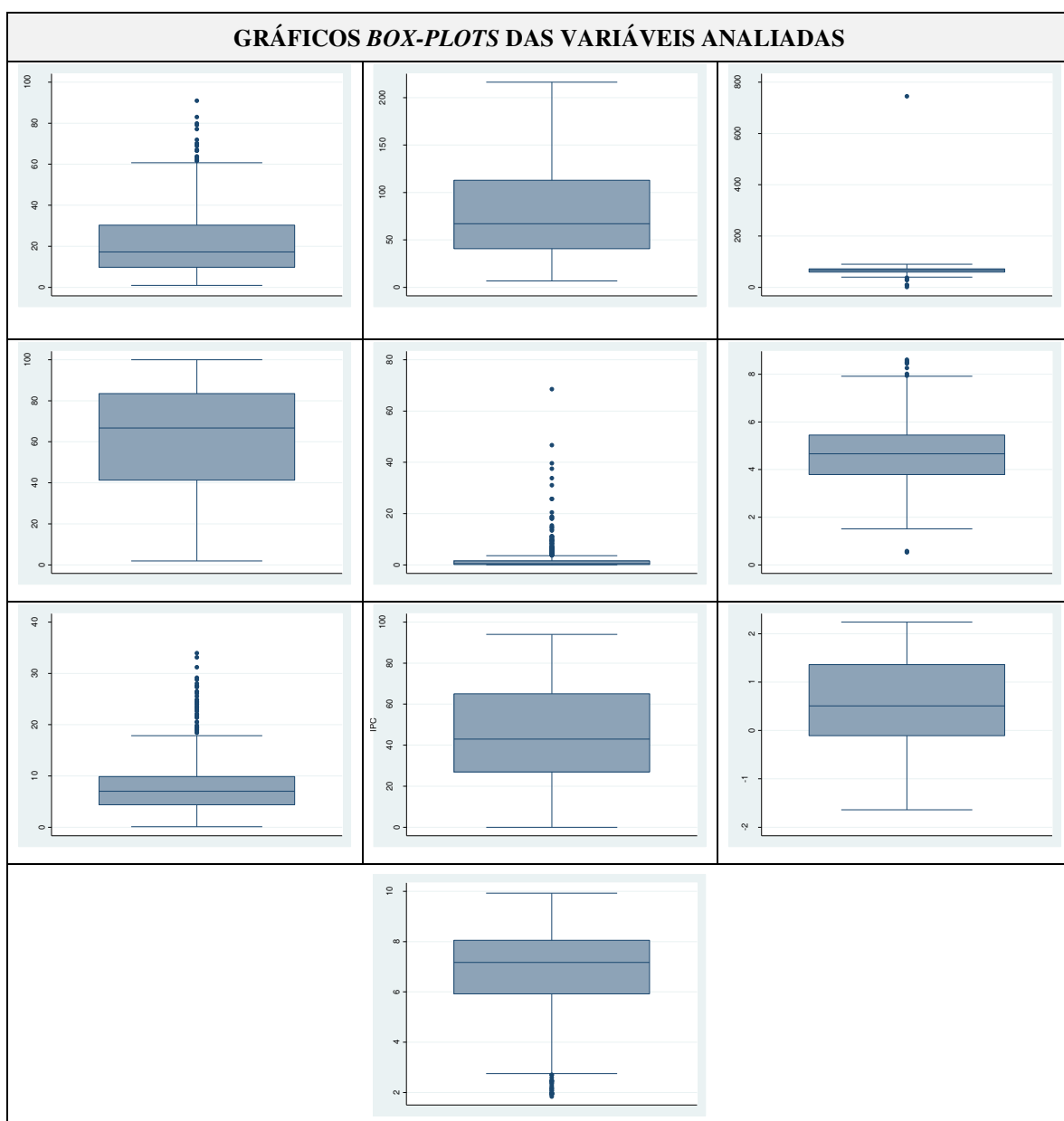
IPC – *Índice de percepção de corrupção*;

EG – Eficácia do governo;  
ID – Índice de democracia;  
 $v_{it}$  – Termo de erro do modelo; e  
 $u_i$  – Heterogeneidade não observada.

## 4 Análise e Discussão dos Resultados

### 4.1 Estatísticas descritivas

Dada as observações discrepantes que compõem a amostra em análise, no presente estudo os dados foram *winsorizados* a 1% (um por cento). Na Figura 2 são apresentados os gráficos *box-plots* das variáveis analisadas. A observação dos referidos gráficos permite verificar que as variáveis, durante o período de análise do estudo, apresentam *outliers* (observações discrepantes).



**Figura 2:** Gráficos *box-plots* das variáveis que integram o conjunto de dados da pesquisa.

Na Tabela 1 são evidenciadas as estatísticas descritivas das variáveis analisadas neste estudo. A observação da tabela permite verificar a existência de alto coeficiente de variação (variabilidade em relação aos valores médios) para as variáveis analisadas. Esse achado se relaciona as dissimilaridades dos países que integram a amostra em relação as variáveis analisadas neste estudo.

**Tabela 1**

Estatísticas descritivas das variáveis analisadas no estudo

ESTATÍSTICA	EI	PIBPER	CI	LE	AI	PB	ED	DES	IPC	EG	ID
Mediana	17.27	14708.88	67.01	66.20	66.75	0.50	4.66	7.00	43.00	0.51	7.17
Média	22.27	24307.15	78.74	66.15	61.30	2.36	4.67	8.12	43.99	0.58	6.77
Desvio-padrão	16.08	23789.15	47.37	26.44	25.64	5.76	1.32	5.47	26.45	0.85	1.93
Mínimo	0.98	344.40	6.62	1.20	1.90	0.00	0.53	0.1	0.00	-1.64	1.84
Máximo	90.95	133590.1	216.33	745.00	100	68.50	8.61	33.93	94.00	2.24	9.93
Coef. de variação	72.20%	97.87%	60.16%	40.00%	41.82%	244.56%	0.2826	0.6728	60.14%	148.34%	28.45%
Número	785	771	716	770	719	515	661	768	776	782	715

## 4.2 Modelo Mínimos Quadrados Generalizados

Na Tabela 2 estão apresentados os resultados da estimação do modelo econométrico proposto pelo estudo, assim como as suas estatísticas de validação. Nesse sentido, verifica-se pelo teste de Chow a rejeição de sua hipótese nula que assume a viabilidade da abordagem Pooled para a estimação dos parâmetros do modelo proposto. Similarmente ao teste anteriormente mencionado, verifica-se, por meio do teste de Breusch-Pagan rejeição de sua hipótese nula que presume que o Pooled é a abordagem adequada. Por fim, o teste de Hausman aponta a não rejeição de  $H_0$  que significa que o modelo Efeitos Aleatórios é a abordagem adequada para a estimação dos parâmetros propostos pelo modelo. Entretanto a verificação de presença de autocorrelação a partir do teste de Wooldridge evidencia a autocorrelação entre os resíduos do modelo. Nesse sentido, faz-se necessário utilizar o modelo de Mínimos Quadrados Generalizados com a correção do problema de autocorrelação evidenciada pelo teste Wooldridge, como exposto anteriormente, e da heterocedasticidade apontada pelo teste de Likelihood que apresentou a rejeição de sua hipótese numa que assume a homoscedasticidade dos resíduos do modelo.

**Tabela 2**

Resultados da estimação do modelo econométrico da pesquisa

MODELO MÍNIMOS QUADRADOS GENERALIZADOS (GLS)			
VARIÁVEIS	COEFICIENTE	ERRO-PADRÃO	P-VALOR
PIBPER	0.00002	0.0000169	0.2660
CI	<b>-0.0239***</b>	<b>0.0067334</b>	<b>0.0000</b>
LE	<b>0.0775**</b>	<b>0.0384024</b>	<b>0.0440</b>
AI	0.0029	0.0266079	0.9140
PB	<b>1.1291***</b>	<b>0.2446583</b>	<b>0.0000</b>
ED	<b>0.4494**</b>	<b>0.2274895</b>	<b>0.0480</b>
DES	<b>-0.1362**</b>	<b>0.0585308</b>	<b>0.0200</b>
IPC	0.0086	0.0062422	0.1690
EG	<b>-2.6842**</b>	<b>0.9545977</b>	<b>0.0050</b>
ID	<b>-1.8359***</b>	<b>0.4820954</b>	<b>0.0000</b>
CONSTANTE	<b>22.8323***</b>	<b>4.163998</b>	<b>0.0000</b>
Estatísticas de validação do modelo GLS proposto			
Teste de Chow	<b>15.96***</b>		
Teste de Breusch-Pagan	<b>423.64***</b>		
Teste de Hausman	8.86		
Teste de Wooldridge	<b>6.337**</b>		
Teste de Likelihood	<b>3526.83***</b>		
Teste de Wald	<b>219.15***</b>		

Notas: Teste de Wald - Teste de ajuste global do modelo. Teste de Chow - verificação de ajuste entre Pooled e Efeitos Fixos; Teste *Breusch Pagan* - verificação de ajuste entre Pooled e Efeitos Aleatórios; Teste de *Hausman* - verificação de ajuste entre Efeitos Aleatórios e Efeitos Fixos; Teste de *Wooldridge* - verificação de existência de autocorrelação entre os resíduos; Teste de *Likelihood*: verificação de existência de heterocedasticidade. As significâncias estatísticas dos testes são representadas por meio da seguinte simbologia: \*10%; \*\*5%; \*\*\*1%.

Os resultados apresentados na Tabela 2 demonstram que a variável CI apresentou uma relação significativa e negativa, por isso rejeita-se H2. A variável diz respeito ao financiamento das empresas e vai contra ao estudo de Szogs, Cummings e Chaminade (2011) que demonstrou que as nações mais endividadas podem utilizar dos recursos para a criação de novos negócios. Neste sentido, este estudo apresenta um resultado contrário e pode ser explicado pela oferta deste crédito para empresas consolidadas no mercado e pela dificuldade de aquisição pelos empreendedores que estão iniciando o seu negócio. Neste sentido, o crédito interno também está relacionado compras de títulos não patrimoniais e créditos comerciais e outras contas a receber, sendo operações que podem ser dificilmente utilizadas por empresas que estão surgindo recentemente no mercado, por isto apresentando relação contrária com a variável intenções empreendedoras.

Já a LE apresentou uma relação significativa e positiva, não rejeitando H3. A variável está relacionada ao progresso econômico, troca de bens e serviços e à geração de riquezas e de emprego (Miller, Kim, Robert, 2021). Todos estes elementos estão relação com a criação de novos serviços e a possibilidade de crescimento econômica da região. Para que um empreendimento permaneça no mercado, torna-se necessário apoio político na legislação, com direitos de propriedade, baixas cargas tributárias, uma maior liberdade nas negociações, com um mercado mais aberto e favorável para essas operações.

A variável PB se mostrou com uma relação significativa e positiva, não rejeitando-se H5. Isto ocorre, ao demonstrar a relação de empreendedorismo por necessidade e para garantir a sobrevivência, uma vez que, a pobreza envolve a subsistência, a ideia de necessidades básicas, a visão relativa e a perspectiva multidimensional (Ottonelli et al, 2011; Codes, 2008).

A pobreza ocorre quando as necessidades dos indivíduos não são totalmente atendidas (Rocha, 2006) e o empreendedorismo se torna uma ferramenta de transformação, promovendo o bem-estar econômico e social de indivíduos e de toda comunidade (Barreto, Messeder & Gil, 2022). Além disso, em países que existe uma grande escassez de empregos, o empreendedorismo se torna uma alternativa de subsistência do indivíduo. Portanto, os resultados da pesquisa podem indicar que, para garantir uma renda e a sobrevivência, o indivíduo mostra-se mais motivado a empreender.

Os resultados demonstram que a variável ED foi significativa e positiva. Este resultado não rejeita H6 e confirma os estudos de Laurikainen et al. (2018) e Andrade Júnior & Yano (2019). Dessa forma, o país que investe em educação, com altos gastos neste setor, busca capacitar sua população com diferentes conhecimentos e habilidades (Alkire & Santos, 2010) que podem ser fundamentais para criação e sobrevivência de um novo negócio.

A variável DES apresentou relação significativa e negativa, rejeitando H7. Neste sentido, os resultados apontam que países com maiores níveis de desemprego tendem a ser menos empreendedores, o que pode ser explicado quando se analisa as formas de empreendedorismo. O empreendedorismo por necessidade perpassa pela ideia de que o indivíduo, ao não se recolocar no mercado, tem como alternativa a abertura de um negócio para sobreviver (Ottonelli et al, 2011; Codes, 2008).). No entanto, os resultados apontam que o simples fato de haver a perda do emprego, não é determinante para fomentar o empreendedorismo, visto que a formalização dos negócios e legislações que regulam a atividade possam ser um impeditivo para a intenção empreendedora.

A EG também foi uma variável que obteve resultado diferente do esperado pela revisão da literatura. Ela apresentou uma correlação estatisticamente significativa e negativa, rejeitando H9. O resultado vai contra o estudo de Jardim (2020) e demonstra que as políticas públicas, a qualidade dos serviços público, as pressões políticas e o compromisso do governo interferem de forma contrária aos desejos de criação de novos negócios. Algumas políticas públicas podem prejudicar o processo de abertura da empresa, com uma maior burocracia exigidas pelos órgãos públicos. Além disso, políticas de maior fiscalização em determinados setores podem promover maiores gastos com infraestrutura e adequações necessárias exigidas pelo governo. Portanto, todas essas políticas públicas podem dificultar a formação e permanência de novos negócios.

A variável ID, por sua vez, apresentou relação estatisticamente significativa e negativa, rejeitando H10, pois as políticas regulatórias são compostas por iniciativas relacionadas à reforma tributária, simplificação tributária, janela de serviços do governo, avaliação de impacto regulatório, entre outros. Já as políticas de estímulo estão mais relacionadas à promoção de cultura e educação voltadas ao empreendedorismo. Assim, países que são mais democráticos precisam de ter mais transparência, mais *compliance*, maior publicação de dados e isto pode inibir ou limitar o empreendedorismo, devido a legislação obrigatória exigir mais controle e prestação de contas. Nos países democráticos a atuação da população sobre as empresas é maior, pois a própria população ajuda a fiscalizar e se a empresa apresenta dados ou se faz algum procedimento inadequado, inibe o desejo de empreender.

Por fim, as demais variáveis PIB per capita, acesso à internet, índice de corrupção não apresentaram relação significativa com a variável intenções empreendedoras. Acredita-se que o crescimento econômico, medido pelo PIB per capita, não foi significativo para o surgimento de novos negócios, pois Além disso, o acesso à internet e a transparência das ações governamentais (medido pelo índice de corrupção) podem se tornar ferramentas importantes na permanência do empreendimento, mas que não demonstra influência na sua formação. Os resultados deste estudo permitem a interferência de fatores no empreendedorismo, especialmente nos períodos de crise. Resumidamente, no quadro 2 estão demonstradas as relações encontradas com os indicativos das hipóteses (e variáveis), com o índice de empreendedorismo.

## Quadro 2

Relações encontradas com os indicativos das hipóteses com o índice de empreendedorismo.

Variáveis	Hipóteses	Resultados
PIB per capita	<i>Países com maior PIB per capita apresentam maior índice de intenção empreendedora</i>	Rejeita-se H1
Crédito Interno	<i>Países com maior crédito interno apresentam maior índice de intenção empreendedora</i>	Rejeita-se H2.
Liberdade econômica	<i>Países com maior liberdade econômica apresentam maior índice de intenção empreendedora</i>	Não rejeitada H3
Acesso à internet	<i>Países com maior acesso à internet apresentam maior índice de intenções empreendedoras</i>	Rejeita-se H4
Pobreza	<i>Países com maior incidência de pobreza apresentam maior índice de intenções empreendedoras</i>	Não rejeitada H5
Gastos com Educação	<i>Países com maiores gastos de educação apresentam maior índice de intenções empreendedoras.</i>	Não rejeitada H6
Desemprego	<i>Países com maior nível de desemprego apresentam maior índice de intenções empreendedoras.</i>	Rejeita-se H7
Índice de corrupção	<i>Países com maior índice de percepção de corrupção apresentam maior índice de intenções empreendedoras</i>	Rejeita-se H8
Eficácia do Governo	<i>Países com maior eficácia do governo apresentam maior índice de intenções empreendedoras.</i>	Rejeita-se H9
Índice de democracia	<i>Países com maior índice de democracia apresentam maior índice de intenções empreendedoras</i>	Rejeita-se H10

Sabe-se que dois momentos interferem nos resultados destes índices diretamente, o primeiro foi a crise financeira de 2008 que ocorreu devido a uma bolha imobiliária nos Estados Unidos, causada pelo aumento nos valores imobiliários, que não foi acompanhado por um aumento de renda da população e após a quebra do tradicional banco americano e a recusa do governo norte-americano de salvá-lo – ao colocar dinheiro público no Banco que era privado – as bolsas ao redor do mundo entraram em colapso, pois os investidores passaram a resgatar suas aplicações, diminuindo a liquidez no mercado; o segundo em 2020 e 2021, a pandemia de Covid-19 causou choques na economia mundial e desencadeou a maior crise econômica global em mais de um século. A crise levou a um aumento drástico na desigualdade entre os países e dentro de cada um deles. Estudos preliminares indicam que a recuperação pós-crise será tão desigual quanto seus impactos econômicos iniciais, e que as economias emergentes e grupos

economicamente desfavorecidos precisarão de muito mais tempo para recuperar as perdas de renda e de meios de subsistência induzidas pela pandemia.

## 5. Considerações Finais

O objetivo deste artigo consistiu em analisar os aspectos econômicos, políticos e sociais que estão relacionadas a intenção empreendedoras nos países, entre os períodos de 2008 a 2021. Para isso, o estudo lançou mão de uma base de dados formada por 113 países de diferentes localidades. A partir da estimação de regressão a partir do método GLS, pôde-se alcançar algumas considerações.

Em primeiro lugar, os resultados do estudo indicaram uma relação estatisticamente significativa e positiva entre a liberdade econômica e os gastos com educação com intenções empreendedoras. Isto demonstra a importância do investimento do governo em liberdade monetária e de negócios, mercados abertos e maior capacitação e conhecimento para a promoção do empreendedorismo local. A variável pobreza também foi significativa e positiva, indicando que a necessidade de renda pela população pode impulsar o desejo de empreender, como uma atividade alternativa para driblar as dificuldades existentes na economia.

A variáveis crédito interno e desemprego foram significativas, mas com uma relação negativa em relação às intenções empreendedoras, ou seja, maiores financiamentos e falta de emprego prejudicam o empreendedorismo local. Além disso, a eficácia do governo, com a qualidade dos serviços públicos e o índice de democracia também tiveram relação negativa com o empreendedorismo.

Os resultados demonstraram a importância da atuação dos governos em mudanças institucionais nos países. Dessa forma, o estudo pode promover reflexões aquelas nações que apresentam alto valores das variáveis que são contrárias as intenções empreendedoras e prejudicar o desenvolvimento de uma nação. Ademais, acredita-se que este estudo possa ter sido um ponto de partida para que novas investigações da mesma natureza e mais abrangentes aconteçam, considerando, por exemplo, as variáveis culturais das diferentes localidades abordadas.

Destaca-se que a maior limitação da pesquisa consistiu na publicação de dados pelos países. Isto não invalida o estudo, de acordo com os testes estatísticos, mas pode comprometer a análise de outras variáveis, países e anos de estudo. Acredita-se que o estudo contribui para a literatura nacional e internacional ao fornecer fatores que influenciam no crescimento e desenvolvimento de um país, a partir do empreendedorismo.

## Referências

- Abrantes, M. J. (2016). Relação entre os componentes de liberdade econômica e a atividade empreendedora de orientação internacional dos países. Portugal: Universidade de Lisboa.
- Acs, Z. J.; Szerb, L.; Lloyd, A. (2017). The global entrepreneurship and development index. In: *Global Entrepreneurship and Development*. Springer, Cham. p. 29-53.
- Alkire, S.; SantoS, M. E. (2010). Acute Multidimensional Poverty: A New Index for developing Countries. OPHI Working Paper nº 38. Oxford: Oxford Poverty & Human Development Initiative. Disponível em: [http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHIwp38\\_with\\_note.pdf](http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHIwp38_with_note.pdf).
- Andrade Júnior, D. L. I. & Yano, S. C. (2019). Influência da Educação Empreendedora na Identificação de Oportunidades de Negócios. *Revista de Administração IMED*, Vol. 9, No. 2, pp. 3-24
- Barnir, A.; Smith, K. A. (2002). Interfirm alliances in the small business: The role of social networks. *Journal of Small Business Management*, v. 40, n.3, p. 219-232.
- Barreto, L., Messeder, S. & Gil, J. (2022). Empreendedorismo: uma revisão da literatura e a emergência de abordagens teóricas consoantes com o estudo de realidades específicas, *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas*, v.7, n.2, p.142-167.
- Bird, B. (1988) Implementing entrepreneurial ideas: the case for intention. *Academy of Management Review*.
- Birley, S. (1985). The role of networks in the entrepreneurial process. *Journal of Business Venturing*, v.1, n.1, p. 107-117.

- Birley, S.; Cromie, S.; Myers A. (1990). Entrepreneurial Networks: Their Emergence in Ireland and Overseas. *International Small Business Journal*, v. 9, n. 4, p. 56-74.
- Borges, A.; Kraychet, E. S. (2007). Mercado de trabalho e pobreza: discurso e evidências na trajetória brasileira recente. *Cadernos CRH*, v. 20, n. 50, p. 231-243.
- Borges, C.; Filion, L. J.; Simard, G. (2013). Criação de empresas: um processo mais rápido e fácil resulta em empresas de melhor desempenho? *Revista de Ciências da Administração*, v. 15, n. 35, p. 196-207.
- Bosma, N., & Schutjens, V. A. (2009). Mapping entrepreneurial activity and entrepreneurial attitudes in European regions. *International Journal of Entrepreneurship and Small Business*, 9(2), 191-213.
- Carraro, A. et al. (2011). Formação de empresas e corrupção: uma análise para os estados brasileiros. *Encontro de Economia da Região Sul - ANPEC / SUL*, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
- Castells, M. (1999). *A Sociedade em Rede - A Era da Informação: economia, sociedade e cultura* Porto Alegre: Paz e Terra.
- Castro, B. L. G., Pontelli, G. E., Nunes, A. F., Kneipp, J. M. & Costa, V. M. F. (2021). Empreendedorismo e coronavírus: impactos, estratégias e oportunidades frente à crise global. *Estudios Gerenciales* Vol. 37, No. 158, pp. 49-60.
- CEAPG (Org.); CENN (Org.). (2012). Desenvolvimento de políticas públicas de fomento ao empreendedorismo em estados e municípios. São Paulo: *Programa Gestão Pública e Cidadania*, FGV-EAESP. 52 p.
- Codes, A.L.M. (2008). A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa. Texto para discussão n. 1.332. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1332.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1332.pdf).
- Degen, R. J. (2008). Empreendedorismo: uma filosofia para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza. *Revista de Ciências da Administração*, v. 10, n. 21, p. 11-30.
- Dornelas, J. (2014). *Empreendedorismo para visionários: desenvolvendo negócios inovadores para um mundo em transformação*. 1 ed. Rio de Janeiro: ed. LTC.
- Economist Intelligence (ano). Democracy Index 2022: Frontline democracy and the battle for Ukraine. Recuperado de: <https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2022/Emmendoerfer>, M. L., Araújo, J. F. F. E., Valadares, J. L. & Morais, M. C. A. (2021). Empreendedorismo em políticas públicas no contexto da economia criativa brasileira. *Reuna*, Vol. 26, No.2, pp.91-110.
- Escarlate, L. F. (2010). *Aprender a empreender*. Brasília: Fundação Roberto Marinho, SEBRAE.
- Gartner, W. B.; Shaver, K. G.; Gatewood, E.; Katz, J. A. (1984). Finding the entrepreneur in entrepreneurship. *Entrepreneurship Theory and Practice, Sage Journals*. v. 18, n. 3, p. 5-9.
- Ghanem, H. Role of micro and small enterprises in Egypt's economic transition. Brookings, 2013.
- Gordin, F. O., (2008) *Corrupção e Crescimento Econômico na América Latina*. Dissertação de mestrado. Curso de Pós-Graduação em Economia – CAEN. Universidade Federal do Ceará. Ceará. Brasil.
- Greene, W. H. (2003). *Econometric analysis*. Pearson Education India.
- Gwartney, J.; Lawson, R.; Hall, J. (2011). Freedom of the World 2011, *Annual Report*. Canada: Fraser Institute.
- Henning, G.; Bach, T. M. (2022). Fatores que influenciam no empreendedorismo: uma análise nos países da América do Norte e da América Latina: Factors that influence entrepreneurship: an analysis in North American and Latin American countries. *Ciências Sociais Aplicadas em Revista*, v. 20, n. 39, p. 232-250.
- Jacobsen, A. L. (2012). *Teorias da administração II – 2. Ed. Reimp.* – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, p.37.
- Jardim, J. (2020). Regiões empreendedoras: descrição e avaliação dos contextos, determinantes e políticas favoráveis à sua evolução. *Revista de Divulgação Científica AICA*, pp.197-2012.
- Johannisson, B. (1990). Building an Entrepreneurial Career in a Mixed Economy: Need for Social and Business Ties in Personal Networks. In: *Academy of Management Annual Meeting*, San Francisco, Academy of Management Proceedings San Francisco: ACM, August.
- Krueger, N. (1993). *The impact of prior entrepreneurial exposure on perceptions of new venture feasibility and desirability*. *Entrepreneurship Theory and Practice*, v. 18, n. 1, p. 5-21.
- Laurikainen, M., Silva, F. L., Schlemper, P.F., Soares, J. W. B. & Melo, L. H. M. (2018). Educação em empreendedorismo: o que podemos aprender dos exemplos brasileiros e finlandeses? *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Vol. 13, No.1, pp. 337-358.

- Machado, C. G., Cruz, D. B. F., Chinelato, F. B. & Silva, L. C. F. (2015). Empreendedorismo em cenários complexos: uma visão da realidade atual e futura no Brasil a partir de análise comparativa. *Revista de Administração IMED*, Vol.5, No.2, pp.153-165
- Maciel, Felipe. (2005). O Controle da corrupção no Brasil. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Felipe\\_Maciel/publication/236848633\\_O\\_Controlo\\_da\\_Corrupo\\_no\\_Brasil/links/0c960519631fbdaa8e000000.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Felipe_Maciel/publication/236848633_O_Controlo_da_Corrupo_no_Brasil/links/0c960519631fbdaa8e000000.pdf).
- Mao, C. S. S. (2020). *Políticas públicas de apoio a startups*. Dissertação (Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento) - Escola Nacional de Administração Pública, Brasília. 137 p.
- Meyer, M., Libaers, D., Thijs, B., Grant, K., Gilnzal, W., & Debackere, K. (2013). Origin and Emergence of Entrepreneurship as a Research Field. *SSRN Electronic Journal*. Vol. 98, pp.473-485.
- Miller T., Kim A. B., Robert J. (2021). Índice de Liberdade Econômica. The Heritage Foundation. Edição Brasileira. Instituto Monte Castelo. Disponível em: [indice-de-liberdade-economica-2021-1.pdf](http://www.instituto-monte-castelo.org.br/indice-de-liberdade-economica-2021-1.pdf) (wordpress.com).
- Miller, T.; Holmes, K. (2011). 2011 Index of Economic Freedom. *The Heritage Foundation e The Wall Street Journal*.
- Mostafa, G.; Mahmood, M. (2015). The rise of the BRICS and their challenge to the G7. *International Journal of Emerging Markets*, v.10, n.1, p.156-170.
- Oliveira, D. G. (2017) *Educação para o empreendedorismo: antecedentes e intenções empreendedoras*. Tese de Doutorado. Instituto de Investigação e Formação Avançada – Universidade de Évora. Évora, Portugal.
- Oliveira, D. P. R. (2014). *Empreendedorismo Vocação, Capacitação e Atuação direcionadas para o Plano de Negócios*. São Paulo, ed. Atlas, f. 188. 376 p.
- Organização das Nações Unidas – Brasil (ONUBR) (2017). Documentos temáticos: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (1, 2, 3, 5, 9, 14). Brasília. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/docs/>.
- Otonelli, J. et al. (2011). A importância das medidas multidimensionais de pobreza para a administração pública: um exercício em Palmeira das Missões (RS). *Revista de Administração Pública*, v. 45, n. 3, p. 837-859.
- Palifka, B. (2006). Corruption and entrepreneurship in Brazil. 150-mile conference, Edinburg, Texas, USA.
- Parreira, P. M. S. D., Carvalho, C. M. S., Mónico, L. S. & Santos, A. S. M. O. P. (2017). Empreendedorismo no ensino superior: Estudo psicométrico da escala Oportunidades e Recursos para Empreender. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, Vol.17, No.4, pp.269-278.
- Pradhan, R. P., Arvin, M. B., Nair, M., & Bennett, S. E. (2020). The dynamics among entrepreneurship, innovation, and economic growth in the Eurozone countries. *Journal of Policy Modeling*, 42(5), 1106–1122. doi:10.1016/j.jpolmod.2020.01.
- Ribeiro, J. C.; Santos, F. J. (2003). Redes, Investimento Direto Estrangeiro e Desenvolvimento Regional. IN: Encontro Nacional Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional. 10, Junho, Anais. Évora, Portugal. Disponível em: <http://www.apdr.pt/boletins/2003/Boletim2-2003.pdf>
- Ridderstedt, I. (2014). Economic Freedom and Entrepreneurship: Conflicting Evidence. doi:49.
- Rocha, E. L. C. (2014). Oportunidade ou necessidade? Um estudo do impacto do empreendedorismo no desenvolvimento econômico. *Revista Gestão em Análise*. Vol.3. No.1/2, pp.31-46.
- Rocha, S. (2006). *Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?* 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Rosairo, H. R. & Potts, D. J. (2016). A study on entrepreneurial attitudes of upcountry vegetable farmers in Sri Lanka. *Journal of Agribusiness in Developing and Emerging Economies*, v. 6, n. 1, pp. 39-58.
- Santos, S. C., Caetano, A., Spagnoli, P., Costa, S. F., & Neumeyer, X. (2017). Predictors of entrepreneurial activity before and during the European economic crisis. *International Entrepreneurship and Management Journal*, 13(4), 1263–1288. doi:10.1007/s11365-017-0453-8.
- Santos, S. C., Caetano, A. (2015). Entrepreneurship in Portugal in relation to other European Union countries from 2010 to 2014 Are we far from or close to the tipping point? *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, Vol.14, n. 3, p. 37-62.
- Sebrae. (2008). *Políticas Públicas: Conceitos e Práticas*. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, v. 7. 48 p. (Políticas Públicas).
- Shaw, E.; Conway, S. (2000). Networks and the Small Firm, In: Carter and D. Jones-Evans, D., Enterprise and Small Business: Principles, Practice and Policy, London, *Financial Times*.



- Silva, C.C.S., Cavalcanti, A.L., Rodrigues, R. G. (2021) Entrepreneurial intention in developed and developing countries: a comparative between G7 and BRICS countries. *Gestão & Regionalidade*, Vol.37, n. 111, p. 163-176.
- Smith, M. (2022). *Research methods in accounting*. 6th ed. Sage.
- Souza, E. C. L. & Lopez Júnior, G. S. (2011). Empreendedorismo e desenvolvimento: uma relação em aberto. *Revista de Administração e Inovação*, Vol.8, No.3, pp.120-140.
- Szogs, A., Cummings, A., & Chaminade, C. (2011). Building systems of innovation in less developed countries: the role of intermediate organizations supporting interactions in Tanzania and El Salvador. *Innovation and Development*, Vol.1, No.2, pp.283-302. <http://dx.doi.org/10.1080/2157930X.2011.615601>
- Valliere, D. (2010). Reconceptualizing entrepreneurial framework conditions. *International Entrepreneurship and Management Journal*, 6, 97–112.
- Waheeduzzaman, A. N. M. (2011). Competitiveness and convergence in G7 and emerging markets. *Competitiveness Review: An International Business Journal*, v.21, n.2, p.110-128.
- Wan, W. P., & Yiu, D. W. (2009). From crisis to opportunity: environmental jolt, corporate acquisitions, and firm performance. *Strategic Management Journal*, 30(7), 791–801.
- Williams, N., & Vorley, T. (2015). The impact of institutional change on entrepreneurship in a crisis-hit economy: The case of Greece. *Entrepreneurship and Regional Development*, 27(1), 28–49.
- Wooldridge, J. M. (2002). *Econometric analysis of cross section and panel data*. MIT press.